

CENSURA EM BIBLIOTECAS ESCOLARES BRASILEIRAS: DESAFIOS PARA A PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE

CENSORSHIP IN BRAZILIAN SCHOOL LIBRARIES: CHALLENGES FOR PROMOTING DIVERSITY

CENSURA EN LAS BIBLIOTECAS ESCOLARES BRASILEÑAS: RETOS PARA PROMOVER LA DIVERSIDAD

Gabriele da Silva Santos - Bolsista PET - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) -
gabrielesantos@ufscar.br

Paula Regina Dal'Evedove - Bolsista PET - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) -
dalevedove@ufscar.br

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: A liberdade de acesso à informação é uma luta contínua, especialmente quando vinculada ao contexto de bibliotecas escolares enquanto instituições que colaboram na formação de sujeitos. Nesta perspectiva, discute-se a censura como uma problemática atual das bibliotecas escolares frente às diferentes formas de repressão expressas de forma contínua em diferentes setores da sociedade. As reflexões aqui apresentadas reforçam o papel da pessoa bibliotecária em não apenas coibir diferentes manifestações de censura no contexto da biblioteca escolar, mas como responsável por advogar contra as diferentes formas de repressão e a favor da promoção da equidade de crianças e adolescentes.

Palavras-Chave: Liberdade de expressão. Biblioteca escolar. Censura. Seleção de materiais.

Abstract: Freedom of access to information is an ongoing struggle, especially when linked to the context of school libraries as institutions that collaborate in the formation of subjects. From this perspective, censorship is discussed as a current predicament for school libraries in face of the different forms of repression continuously expressed in different sectors of society. The reflections presented here reinforce the role of the librarian in not only repressing different manifestations of censorship in the context of school libraries, but as the person responsible for advocating against different forms of repression and in favor of promoting equity for children and adolescents.

Keywords: Freedom of expression. School library. Censorship. Selection of materials.

Resumen: La libertad de acceso a la información es una lucha constante, especialmente cuando se vincula al contexto de las bibliotecas escolares como instituciones que colaboran en la formación de individuos. Desde esta perspectiva, se discute la censura como un problema actual de las bibliotecas escolares frente a las diversas formas de represión expresadas de forma continua en diferentes sectores de la sociedad. Las reflexiones aquí presentadas refuerzan el papel del bibliotecario no solo para cohibir diferentes manifestaciones de censura en el contexto de la biblioteca escolar, sino también como responsable de abogar contra las diferentes formas de represión y a favor de la promoción de la equidad de niños y adolescentes.

Palabras clave: Libertad de expresión. Biblioteca escolar. Censura. Selección de materiales.

1 INTRODUÇÃO

A censura em instituições de patrimônio cultural não é uma questão recente. No entanto, as instabilidades políticas vivenciadas nos últimos anos no contexto brasileiro, aliado à propagação de discursos de ódio e do extremismo evocam cada vez mais o debate em torno da temática, a qual se mostra relevância e necessária na Biblioteconomia progressista e crítica a favor da emancipação de sujeitos. Por ser liberticida (Seelaender, 1991), a censura inviabiliza o novo, a ressignificação do modo de pensar e agir dos sujeitos e a liberdade de expressão.

No âmbito das bibliotecas, o direito à liberdade intelectual só é garantido quando todos os usuários possuem acesso às diferentes faces das informações, não podendo haver qualquer restrição que viole este direito (Vergueiro, 1987). Na medida em que a censura se apresenta como uma problemática vivenciada pelas bibliotecas e pessoas bibliotecárias, discutir e identificar formas de combate à censura é papel fundamental e imprescindível para a promoção do pensamento crítico e prevenção de preconceitos.

No município de São Carlos - SP, um caso recente chamou atenção e levantou discussões a respeito do tema, após a problematização do livro juvenil *“Heartstopper”* da autora Alice Oseman, que compõe o acervo da biblioteca escolar da E.M.E.B. Profa. Dalila Gallido integrante do Sistema Integrado de Bibliotecas do Município de São Carlos (SIBI). Pelas palavras do vereador Moyses Lazarine, do Partido Político Democratas, proferidas na 37ª Sessão Ordinária da Tribuna Livre de São Carlos, em 31 de outubro de 2023, um ativista o procurou relatando a ele que um pai havia denunciado a presença do livro na referida biblioteca escolar. O vereador acusou se tratar de “[...] um livro, na nossa Rede Municipal de Ensino, para crianças, com apologias grotescas de sexo explícito... apologia à ideologia de gênero, sexualização infantil e com palavras de baixo calão grotescas [...]”, se tratando de um livro de temática LGBTQIA+ (37ª Sessão Ordinária..., 2023, 1h9min38s).

O vereador, em seu discurso, atacou a decisão de incluir o livro na biblioteca escolar, acusando os profissionais da educação de incompetência e de terem intenções maldosas. Em seu discurso, o que reverbera são as falas que acusam os profissionais da educação de serem “mentes diabólicas e pedófilas por trás de muitas intenções tentando ganhar mentes e corações de nossas crianças no ambiente escolar” (37ª Sessão Ordinária..., 2023, 1h10min53s, grifo nosso). Outras falas trazem, ainda, que não cabe ao Estado e sim aos pais levar educação

sexual às crianças, citando como “ideologia de gênero” atividades que promovem educação sexual, além de expor o trecho do segundo volume do livro, sem contextualização da sua faixa etária ou temática, o qual contém a frase que justifica sua denúncia ao púlpito. O objetivo do discurso do vereador foi mobilizar a opinião pública e as autoridades contra o livro em questão e contra os profissionais da educação, buscando a intervenção do Ministério Público. Para isso, utilizou-se de falas alarmistas e generalizações, agindo com agressividade ao proferir suas opiniões, baseadas em seu julgamento moral.

Ao fazer uma busca rápida no *Google* com o termo “censura+nome do deputado”, não houveram resultados relacionados à sessão em que foi expressa sua denúncia. Isto demonstra, atemporalmente, o que Vergueiro (1987) relata, sobre a mídia evitar publicar casos de censura que acontecem no Brasil, dificultando o conhecimento sobre o tema.

Martins e Barradas (2023), quando a censura se aporta sobre os livros e acervos das bibliotecas, e neste caso, de bibliotecas escolares, o objetivo por trás se associa à tentativa de imprimir uma “agenda moral” capaz de mudar os rumos da política e da opinião pública. Para contextualizar o cenário de censura no século XXI, as autoras citam os relatórios e o *ranking* anual da American Library Association (ALA) *Top 10 Most Challenged Books* (ALA, 2022), os quais apontam que nos anos de 2020 e 2021 os livros alvo de interdições em bibliotecas públicas, escolares e universitárias abordam diversidade sexual, diversidade de gênero e racismo, considerados como temas tabus para serem abordados com crianças e adolescentes (Martins; Barradas, 2023)

Pinheiro (2021) evidencia que a história das bibliotecas está severamente atrelada ao exercício da censura, por meio de forças de poder político, cultural e religioso, que influenciam a formação de consciência dos indivíduos. O que ia contra o imposto por estas forças rapidamente era visto como ameaça à manutenção e existência desses poderes. Logo, é imprescindível a afirmação de que, assim como a censura sempre esteve presente na humanidade, esta também sempre esteve presente nas bibliotecas (Pinheiro, 2021).

Relativo às bibliotecas escolares, compreender os desafios para combater à censura vivenciada nestas instituições é uma forma de resistência e prevenção das diferentes formas de controle de acesso às informações, ideias ou expressões. Como forma de colaborar com a questão, este trabalho discorre sobre a censura em bibliotecas escolares, a fim de evidenciar alguns dos desafios para a promoção da diversidade.

2 O CONTEXTO DA CENSURA EM BIBLIOTECAS ESCOLARES

São inúmeras as definições de censura defendidas por teóricos da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Em primeiro lugar temos sua origem epistemológica, advinda do latim (*censere*), onde ‘censura’ significa “ter acesso”, num contexto onde há controle informacional, de expressões e opiniões, ou ainda quando este controle visa a recriminação, a crítica ou a repreensão do que está sendo expressado, na intenção de salvaguardar os interesses de quem está censurando (Leite, Dalmagro e Finger, 2017, p. 17). O controle em questão perpassa ambientes distintos, como o “artístico, político, religioso” e pressupõe atos de “desaprovação; repreensão e proibição” (Michaelis, 2017 apud Leite, Dalmagro e Finger, 2017, p. 17).

Briquet de Lemos (1979) evidencia os diferentes tipos de censura que exercem interferência direta ou indireta na atuação da pessoa bibliotecária e na formação dos acervos das bibliotecas, quais sejam: **censura oficial**, que parte do Ministério da Justiça; **censura ofisiosa** que parte de diferentes “escalões” da administração, em especial da direção do órgão ao qual a biblioteca está sob as ordens; **censura feita pelos bibliotecários** e realizada na intenção de selecionar por meio da sua subjetividade o que o leitor deve ou não ler; e **censura difusa**, tendo o efeito de atingir a estrutura social-política, coloca a cultura popular considerada “baixa cultura” contra aquela produzida pela elite e considerada “alta cultura” (Lemos, 1979, p. 1).

Censura significa "um esforço por parte de um governo, organização, grupo ou indivíduo de evitar que as pessoas leiam, vejam ou ouçam o que pode ser considerado como perigoso ao governo ou prejudicial à moralidade pública" (Vergueiro, 1987, p. 27). Portanto, a censura constitui um ataque implícito ou explícito à liberdade intelectual, cultural e de pensamento aos indivíduos que compõem a sociedade, praticada em maioria por forças dominantes e quando não pela própria comunidade.

Trazendo para o contexto de biblioteca escolar, é nela “[...] que o indivíduo inicia seu processo de aprendizagem formal, a partir das aulas, mas também, a partir da biblioteca, que muitas vezes, é a primeira biblioteca da sua vida.” (Leite, Dalmagro e Finger, 2017, p. 8). Portanto, negar informação para crianças e adolescentes é também cercear seus processos de aprendizagem e as suas liberdades de escolha, assim como ir contra a ética de atuação bibliotecária. Isto porque esta última se comporta como uma bússula da vida humana, colocando parâmetros e limites da liberdade de cada indivíduo a partir da construção social

destes. Ao profissional que aplica censura, este está agindo contra a ética de sua profissão ao selecionar materiais conforme sua própria vontade (Leite, Dalmagro e Finger, 2017, p. 11).

Sobre os fatores propícios para que a censura exista em bibliotecas escolares, pondera-se que, embora o bibliotecário deva “[...] estar atento às necessidades da comunidade, às atividades pedagógicas, às escolhas dos alunos, professores e profissionais que atuam na escola” (Leite, Dalmagro e Finger, 2017, p. 17), deve-se haver, em contrapartida, um zelo, pois a interpretação da pessoa bibliotecária sobre o que é ou não censura tende a variar conforme a visão e missão de cada ambiente escolar, tornando a seleção de materiais e o desenvolvimento de coleções muito mais complexos do que na teoria (Ayuningtyas; Heriyanto; Irhandayaningsih; Ganggi, 2023, p. 591). Nesse sentido, Leite, Dalmagro e Finger (2017), nos alertam sobre a necessidade de as bibliotecas escolares pensarem em uma política de desenvolvimento de coleção, pois ao se estabelecerem diretrizes precisas e padronizadas, uma política de desenvolvimento de coleção contribui para a sistematização dos processos e respeito aos usuários de contestar os materiais disponíveis no acervo, diminuindo assim a possibilidades de interpretações subjetivas e por vezes, tendenciosas.

Acrescenta-se o fato de que tal política pode esbarrar num processo de trabalho comum do fazer bibliotecário, sendo necessário cautela e diferenciação entre, “[...] as restrições que são feitas a um material dentro de um processo normal de seleção e as que são feitas quando da prática da censura” (Vergueiro, 1987, p. 25). No primeiro caso são considerados critérios objetivos, como a relevância deste para os usuários, e portanto sua adequação às características da biblioteca. Enquanto que, a censura no processo de seleção de materiais, representa explicitamente os preconceitos pessoais, morais e ideológicos de quem o pratica, logo, limitando o acesso à informação diversificada, seja por visões políticas, econômicas, religiosas ou estéticas (Vergueiro, 1987). Nesta perspectiva, cabe ainda ao profissional atenção às pressões externas dedicadas à censura dos materiais da coleção.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não podemos negar o papel do bibliotecário escolar em selecionar e disponibilizar materiais, conforme as necessidades de seus usuários, que confrontados com temáticas “tabus” tendem a absorver conhecimentos que serão essenciais para a construção do pensamento crítico, participação social e exercício da cidadania.

A discussão a ser feita sobre a censura escolar não se basta se não pensarmos nas crianças e adolescentes enquanto sujeitos informacionais. Nesta perspectiva, não cabe subjugar crianças e adolescentes como sujeitos incapazes de absorverem e compreenderem determinados conteúdos considerados “nocivos ” e/ou “impróprios”.

Diante da censura em bibliotecas escolares, cabe à pessoa bibliotecária advogar pela equidade mediante uma atuação ética e compromissada com o juramento de sua profissão, não mais servindo à posição de sujeito passivo e domado por dogmas institucionalizados, mas ambicioso em fazer da biblioteca escolar um lugar de referência para os seus usuários, um lugar que abarca informações diversas, capazes de complementar o apreendido escolar e atuar ativamente na formação de sujeitos críticos e de opiniões informadas e bem fundamentadas.

REFERÊNCIAS

AYUNINGTYAS, A. A.; HERIYANTO; IRHANDAYANINGSIH, A.; GANGGI, R. I. P. School library censorship: Looking at the perspective of a school librarian association in Indonesia. Revista IFLA, v. 49, n. 3, p. 587-595, 2023. Disponível em

<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/03400352231180229>. Acesso em: 25 ago. 2024.

Câmara Municipal de São Carlos. **37ª SESSÃO Ordinária - 31/10/2023**. São Carlos: Câmara Municipal de São Carlos, 2023. 1 vídeo (4h10min38s). Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=vX9EmBS6_kg&t=4529s. Acesso em: 15 dez. 2023.

LEITE, A. C.; DALMAGRO, S; FINGER, Y. W. Censura em bibliotecas escolares: qual o papel da biblioteca na formação do leitor?. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 4., 2017, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2017. Não paginado. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/157720/001021282.pdf#page=8>. Acesso em: 15 dez. 2023.

LEMONS, A. A. B de. Qual a importância da censura nas bibliotecas brasileiras?. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10., 1979, Curitiba.

Anais [...] Curitiba: FEBAB. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/2038>. Acesso em: 01 dez. 2023.

MARTINS, A. A. L.; BARRADAS, J. S. Bibliotecários, censura e os novos mediadores. **Em Questão**, v. 29, p. 1-24, 2023. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/126480>. Acesso em: 30 de jul. 2024.

PINHEIRO, A. V. **Censura na biblioteca**. [S. l.]: SIBI UFBA, 2021, 1 vídeo (1h40min34s). Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34753>. Acesso em: 5 dez. 2023.

SEELAENDER, A C. L. Surgimento da idéia de liberdades essenciais relativas à informação - "areopagitica" de Milton. **Revista da Faculdade de Direito**, v. 86, 1991. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67163>. Acesso em: 02 set. 2024.

VERGUEIRO, W. de C. S. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. **Ciência da informação**, v. 16, n. 1, p. 21-26, 1987. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/266>. Acesso em: 30 nov. 2023.